

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 197 – 03/05 à 07/05/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[MPT e MPF firmam cooperação para reforçar cumprimento de políticas públicas de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/05/2021

O Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal (MPF) assinaram nesta terça-feira (4), na Procuradoria-Geral da República (PGR), um [termo de cooperação técnica](#) para reforçar o cumprimento de políticas públicas de combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas. A parceria também permitirá a realização de levantamento nacional das denúncias e investigações criminais e trabalhistas em andamento referentes a esses temas com foco na adoção de medidas para a resolução desses casos.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Arrependimento posterior do empregado não invalida acordo homologado em juízo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/05/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um ex-empregado da JBS S.A. que pretendia invalidar a homologação de acordo judicial pelo qual havia dado quitação geral do contrato de trabalho. Para o colegiado, a anulação só seria possível diante da demonstração inequívoca do vício de consentimento alegado (erro de vontade), o que não ocorreu no caso.

[Presidente da República indica desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior para o TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/05/2021

O desembargador Amaury Rodrigues Pinto Junior, do Tribunal Regional da 24ª Região (MS), foi indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para ocupar a vaga de ministro do Tribunal Superior do Trabalho aberta em decorrência da aposentadoria do ministro Márcio Eurico Vitral Amaro. A Mensagem 194, de 6/5/2021, foi publicada no Diário Oficial da União nesta sexta-feira (7).

[Mineradora é condenada pela concessão irregular de intervalos aos empregados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/05/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Cibracal - Indústria Brasileira de Cal Ltda., do Paraná, ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, por irregularidades na concessão dos intervalos intrajornada (para descanso e alimentação) e interjornada (entre dois turnos de trabalho). A empresa também descumpria reiteradamente a jornada extraordinária máxima prevista na legislação trabalhista.

[Rejeitada tese de mal súbito em acidente que vitimou operário](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/05/2021

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a responsabilidade da Costa Brava Construções e Empreendimentos Ltda., de Curitiba (PR), pelo acidente que causou a morte de um operário, ao cair de um andaime. A empresa, condenada ao pagamento de indenização de R\$ 70 mil à família do empregado, alegava que o motivo da queda teria sido um mal súbito. Mas, por maioria, foi mantido o entendimento de que houve relação entre a morte e a falta de segurança no trabalho.

[Existência de sócios em comum não é suficiente para configurar grupo econômico](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/05/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu, por unanimidade, a Paquetá Calçados Ltda. de grupo econômico com a massa falida da Via Uno S. A. – Calçados e Acessórios. Seguindo precedentes do Tribunal, o colegiado entendeu que a formação de grupo econômico pressupõe a existência de controle e fiscalização por uma empresa líder, não sendo suficiente a mera ocorrência de sócios em comum ou a relação de coordenação entre as pessoas jurídicas.

[Soldador não consegue afastar a culpa exclusiva por acidente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu recurso de um soldador contra decisão que lhe imputou culpa exclusiva pelo acidente de trabalho que sofreu na Virgolino de Oliveira S.A. – Açúcar e Álcool, em Ariranha (SP). Uma peça de mais de 100 kg caiu sobre a mão dele enquanto a soldava. No entanto, ficou comprovado que ele, por opção própria, não utilizava equipamento de segurança, atitude que foi determinante no caso.

[Sem depoimento do preposto da empresa, jornada alegada pelo empregado é considerada válida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Via Varejo S.A., rede de comércio responsável pelas lojas Casas Bahia e Ponto Frio, ao pagamento de horas extras a um empregado, diante da sua ausência à audiência de instrução do processo. Para o colegiado, não há como considerar válidos os cartões de ponto juntados pela empresa e impugnados pelo trabalhador, já que, em razão da revelia, não foi possível a produção de provas na audiência marcada.

[Operador de máquina não deve receber pensão vitalícia por doença ocupacional em parcela única](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um operador de máquinas da Benteler Componentes Automotivos Ltda., de Campinas (SP), que pretendia receber pensão mensal em parcela única, em razão de doença profissional, mas teve seu pedido negado. O entendimento do TST é de que a definição da forma de pagamento (em parcelas mensais ou de uma única vez) é faculdade do magistrado.

[Engenheiro transferido logo após a contratação tem direito a adicional](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito ao adicional de transferência a um engenheiro civil que trabalhou para a Tomé Engenharia, com sede no Rio de Janeiro (RJ). Contratado no Rio, ele foi removido para Ipojuca (PE), onde prestou serviço por três anos. Por unanimidade, o colegiado afastou entendimento de que ele só teria direito à parcela se tivesse trabalhado por algum tempo no Rio de Janeiro.

[Banco indenizará empregado com deficiência por dispensa imotivada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Itaú Unibanco S. A. a indenizar um caixa com deficiência dispensado sem justa causa e sem a contratação de outro trabalhador na mesma condição. Para o colegiado, não há necessidade de demonstração da angústia resultante da ofensa, pois a mera irregularidade da dispensa já caracteriza o dano moral.

[Operador de hipermercado deve pagar honorários sucumbenciais sobre parte indeferida da ação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou um operador de loja da Sendas Distribuidora S.A. (Assaí Atacadista) ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais sobre a diferença do valor da indenização por danos morais pretendida por ele e o montante deferido na sentença. Para o relator do caso, ministro Alexandre Ramos, houve a chamada sucumbência recíproca, pois o pedido foi apenas parcialmente acolhido.



Notícias do Executivo

[Governo adianta 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS](#)

Ministério da Economia - 05/05/2021

Foi publicada nesta quarta-feira (5/5), no Diário Oficial da União (DOU), o [Decreto nº 10.695](#), que antecipa o pagamento do abono anual devido aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o secretário de Previdência, Narlon Nogueira, “a medida é muito relevante pois permite injetar na economia cerca de R\$ 52,7 bilhões, favorecendo o processo de recuperação econômica, e, ao mesmo tempo, antecipar a renda aos beneficiários da Previdência Social neste momento de enfrentamento da pandemia”. A medida não tem impacto orçamentário, já que haverá somente a antecipação do pagamento do benefício, sem acréscimo na despesa prevista para o ano.

[MP reestabelece regras excepcionais para compras e contratações relacionadas ao enfrentamento à Covid-19](#)

Ministério da Economia - 04/05/2021

O presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou a [Medida Provisória nº 1.047](#), que reestabelece medidas excepcionais para aquisição de bens, contratação de serviços– inclusive de engenharia– e insumos destinados ao enfrentamento à Covid-19. A maior parte das medidas constava nas Leis nº 13.979/2020 e nº 14.065/2020, cujo período de vigência expirou em 31 de dezembro de 2020.

[Sistema de SST Resiliente é destaque no evento de 28 de Abril](#)

Fundacentro - 05/05/2021

Um ponto importante que soou em uma só voz pelos participantes do webinar do Dia 28 de abril em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho foi a questão de construir uma sociedade resiliente durante a pandemia e sobretudo pós Covid-19.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPs e Defensoria Pública emitem recomendações sobre primeira dose da vacinação de pessoas com comorbidades e de pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/05/2021

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), o Ministério Público Federal (MPF/RN), o Ministério Público do Trabalho (MPT-RN) e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE/RN) emitiram recomendações destinadas ao Governo do Estado e à Prefeitura de Natal sobre a nova etapa da campanha de vacinação contra a Covid-19 destinada às pessoas com comorbidades, aí incluídas as pessoas com Síndrome de Down (1ª Dose) e pessoas com deficiência que recebem o Benefício da Prestação Continuada - BPC. Os documentos tratam principalmente sobre a necessidade do ordenamento de etapas, correção do público-alvo, bem como definição dos documentos necessários para a comprovação das condições de saúde.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[O experimento na Espanha para reduzir jornadas de trabalho a 4 dias por semana](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/05/2021

A Espanha busca voluntários em centenas de empresas para um experimento que pode jogar luz sobre como será o futuro das relações de trabalho - especialmente após a pandemia da Covid-19. A proposta, feita pelo partido de esquerda Más País, é testar em pequena escala o que acontece com a produtividade das empresas quando seus empregados trabalham apenas 32 horas por semana, em vez das 40 habituais. Isso significa uma redução de 5 para 4 os dias em que a equipe de fato trabalha sem, contudo, haver uma diminuição proporcional do salário.

[PGR pede repercussão geral para questionar diferenciação regional dos requisitos do crime de trabalho escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/05/2021

O procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu, em memorial enviado na quinta-feira, 29 de abril, aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que a Corte Suprema reconheça a repercussão geral de recurso extraordinário que discute a tipificação do crime de redução à condição análoga à de escravo, previsto no artigo 149 do Código Penal, e os requisitos necessários para comprová-lo. O assunto é tratado no Recurso Extraordinário 1.323.708/PA, de autoria do MPF, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Segundo Aras, o tema tem grande relevância social e aparece em diversos processos. Por isso, o PGR defende que o recurso extraordinário seja pautado imediatamente no Plenário Virtual do STF, para decisão sobre o tratamento da matéria na sistemática de repercussão geral.



Notícias do e-Social

[Novo eSocial Simplificado: veja como será a implantação dos módulos web](#)

eSocial - 07/05/2021

Além do Ambiente Nacional do eSocial, que recebe os eventos dos empregadores, também os módulos web passarão por um período de transição entre as versões do sistema. As diversas alterações e simplificações do Novo eSocial Simplificado refletirão nos módulos web. Como já divulgado, será necessária uma parada programada (dividida em duas fases) para a implantação da nova versão no Ambiente Nacional.

[Como o contribuinte/empregador Segurado Especial deverá informar a folha de pagamento?](#)

eSocial - 05/05/2021

O Segurado Especial dispõe de um módulo web simplificado e deverá informar a folha de pagamento de empregados, a comercialização da produção, além do pagamento a autônomos. Hoje, esse segurado informa GFIP e recolhe em GPS os valores devidos à previdência social, além de realizar os depósitos do FGTS por guia própria.

[Novo eSocial Simplificado: como será a implantação para pessoas físicas e jurídicas](#)

eSocial - 04/05/2021

Maior de 2021 traz duas grandes novidades do eSocial: a entrada em produção do Novo eSocial Simplificado e a obrigatoriedade do envio dos eventos de folha de pagamento para o terceiro grupo, que abrange empresas menores, inclusive as optantes pelo Simples, além de empregadores pessoas físicas. É o maior grupo de obrigados do eSocial. Por isso, de maneira a promover uma transição mais tranquila, foi previsto um calendário de implantação com o menor impacto possível, levando em consideração, inclusive, solicitações feitas por empresas.

Outras Notícias

[Empresa é condenada a indenizar empregada que sofreu racismo no trabalho](#)

Consultor Jurídico - 08/05/2021

Uma empresa deve zelar pela boa-fé, urbanidade e pelo respeito à dignidade humana no ambiente de trabalho. Desconsiderar um comportamento preconceituoso de um funcionário pode ser passível de indenização. De acordo com esse entendimento, a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-3) condenou uma companhia a pagar indenização por danos morais a uma funcionária que sofreu racismo por parte de outra empregada.

[STF adia julgamento de ADI sobre índice de correção do FGTS](#)

Consultor Jurídico - 07/05/2021

O julgamento da ADI que definiria se a taxa referencial (TR) poderia ter sido usada como índice de correção do saldo das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi retirado de pauta do Supremo Tribunal Federal. A ação estava prevista para ser julgada no próximo dia 13 e, agora, não há previsão de quando voltará a ser apreciada.

[Estabilidade de gestante não gera alteração de contrato temporário, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 06/05/2021

A estabilidade provisória conferida a gestantes, por si só, não faz com que um contrato de experiência se torne indeterminado. O entendimento é da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho. O colegiado reformou decisão de segunda instância e, com isso, anulou o pagamento de verbas rescisórias a uma mulher que argumentou ter sido demitida de forma imotivada.



Atos Normativos

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.047, DE 3 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 04/05/2021 Seção I Pág. 07) - Dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19;

[DECRETO Nº 10.695, DE 4 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 05/05/2021 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2021;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 4.017 - SRRF04/DISIT, DE 3 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 05/05/2021 Seção I Pág. 68) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Salário-Maternidade. Atividade Insalubre. Gravidez de Risco por Insalubridade. Compensação (Dedução). Possibilidade;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 115, DE 3 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 05/05/2021 Seção I Pág. 76) - Estabelece critérios e procedimentos operacionais para a celebração de contratos com empresas, sindicatos e entidades fechadas de previdência complementar;

[DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Nº 189, DE 5 DE MAIO DE 2021](#) (06/05/2021 Seção I Pág. 01) - Veta integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 639, de 2021, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prorrogar o prazo para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020";

[INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 116, DE 5 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 07/05/2021 Seção I Pág. 83) - Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexata pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva;

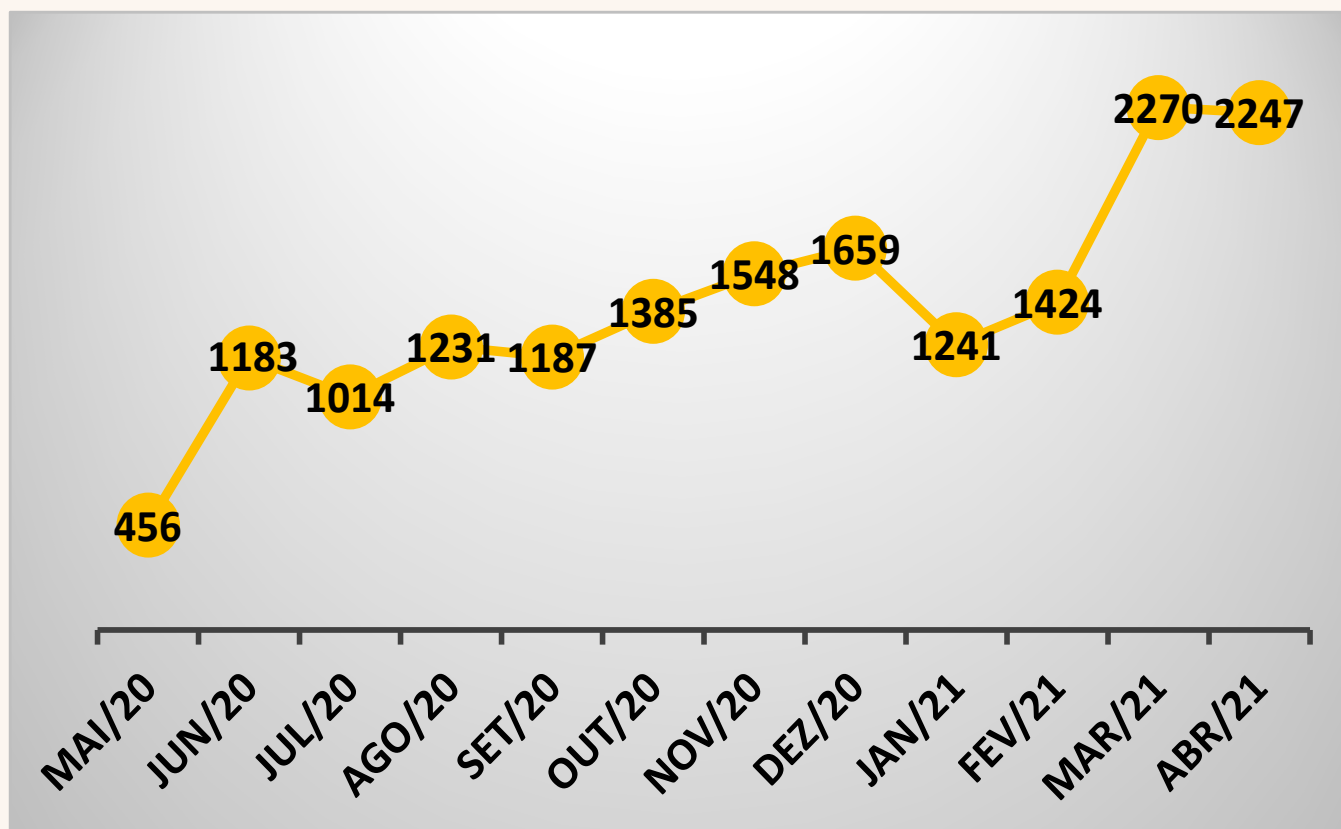
[DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Nº 194, DE 6 DE MAIO DE 2021](#) (07/05/2021 Seção I Pág. 04) - Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro;

[PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 07/05/2021 Seção I Pág. 127) - Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;



Dados estatísticos de Fiscalização

Número de autos de infração (legislação trabalhista / segurança e saúde no trabalho) lavrados pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos 12 meses (mai/20 a abri/21):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula